



As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como vetores de integração entre saberes

The Technological Incubators of Popular Cooperatives as vectors of integration between knowledge

Lais Silveira Fraga
Docente do Núcleo Geral Comum, da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas
lais.fraga@fca.unicamp.br

Rafael de Brito Dias
Docente do Núcleo Geral Comum, da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas
rafael.dias@fca.unicamp.br

RESUMO

Este trabalho aborda a relevância das ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – como estruturas capazes de engendrar processos reflexivos e formativos relevantes no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, desenvolvemos a argumentação a partir da nossa experiência como coordenadores da ITCP da Universidade Estadual de Campinas na cidade de Limeira, SP. As Incubadoras podem ser consideradas espaços fundamentais de constituição de vínculos entre a universidade e a sociedade, privilegiando segmentos da população de baixa renda ou grupos em situação de vulnerabilidade; e, mais do que isso, como estruturas nas quais podem ser gerados processos formativos interdisciplinares e que integram atividades de ensino e pesquisa socialmente referenciadas. Dessa forma, por meio de esforços combinados de intervenção social e reflexão, as ITCPs permitem que docentes, discentes e funcionários formem e sejam formados para atuar de forma mais efetiva no atendimento às demandas e necessidades advindas de seu entorno social.

Palavras-chave: extensão; incubadoras tecnológicas; Economia Solidária.

ABSTRACT

This paper approaches the relevance of ITCPs – Technological Incubators of Popular Cooperatives – as structures capable of engendering relevant reflective and formative processes within Higher Education Institutions (IES). Therefore, we developed the argument from our experience as coordinators of the ITCP of the University of Campinas in the city of Limeira, SP. Incubators may be considered key spaces for building links between the university and society, favoring segments of the low-income population or groups in vulnerable situations. And, more than that, as structures in which interdisciplinary formative processes can be generated and that integrate socially referenced teaching and research activities. In this way, through combined efforts of social intervention and reflection, ITCPs allow researchers, students and university staff to form and to be trained to act more effectively in meeting the demands and needs arising from their social environment.

Keywords: extension; Technological incubators; Solidarity economy.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS ITCPs NO BRASIL

É em um contexto de mobilização de diversos setores da sociedade diante das então recentes mudanças no mundo do trabalho e do ressurgimento da alternativa do trabalho coletivo e autogerido (na forma de associações, cooperativas e grupos informais), que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A experiência é caracterizada como pioneira em relação à geração de trabalho e renda.

Com intuito de unir o saber produzido na academia ao cotidiano do trabalhador informal, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ, a primeira ITCP, surge em 1995, potencializada pelo agravamento das questões sociais no país (GUIMARÃES & SALOMÃO, 2006). Segundo Bocayuva (2001), o “desafio institucional de dispor o potencial da universidade, e seu saber, a serviço das classes populares é o corte político principal da proposta: organizar e operacionalizar o saber formalizado e sistematizado na direção da construção de empresas sociais de caráter coletivo” (p. 1). A partir dessa experiência, outras incubadoras foram formadas em Juiz de Fora (UFJF), Pernambuco (UFRPE) e em São Paulo (USP); e, em 1997, já havia surgido na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Desde então, o número de incubadoras no país cresceu rapidamente, fato que pode ser explicado pela “eclosão do movimento pela Economia Solidária, no Brasil, que mobiliza sindicatos, universidades, Igreja e muitos outros setores da sociedade civil” (SINGER, 2000). Nessa perspectiva, pode-se compreender o surgimento das ITCPs como uma resposta das universidades do país aos problemas sociais relacionados ao trabalho, com consequente conformação dos seus objetivos iniciais focados na geração de trabalho e renda “sob a forma de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos precários ou em vulnerabilidade social que buscam suporte para acesso ao trabalho baseado em relações diferentes do trabalho subordinado” (COIMBRA & SOUSA, 2007, p. 6).

O fenômeno se espalhou rapidamente pelas universidades brasileiras, principalmente a partir do apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), sendo hoje mais de 100 incubadoras pelo país, organizadas em duas redes: a Unitrabalho e a Rede Universitária de ITCPs.

O surgimento das ITCPs tem inspiração conceitual nas incubadoras de empresas, tendo como principal diferença o público atendido: empresas ou grupos populares. Dubeux (2004) argumenta que a diferença vai além, pois as ITCPs introduzem uma nova concepção de incubadora de empresas ao modificarem: a) tipo de empresa apoiada (empresas capitalistas versus empresas cooperativas); b) público atendido (classe média e rica versus excluídos do ponto de vista sociopolítico); e c) metodologia

de trabalho. Segundo o estatuto da Rede de ITCPs, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm como finalidade dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária.

Por outro lado, as ITCPs têm papel de destaque no âmbito do desenho de políticas públicas no campo de Economia Solidária por meio de iniciativas como “assessoria à elaboração de legislações, montagem de cursos voltados para gestores públicos e da sociedade civil e apoio na formulação de políticas e programas para o setor” (VARANDA, 2007, p. 29). Por isso, considera-se que as incubadoras servem de modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e de combate à exclusão social, promovendo ações de inserção social a partir da inserção econômica (COSTA, OLIVEIRA & MELO NETO, 2006).

Além das particularidades ligadas ao contexto de seu surgimento e suas configurações históricas, a característica das incubadoras que merece maior destaque é o fato de partirem da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo para o enfrentamento do desemprego; em outras palavras, as incubadoras não adotam a visão clássica, via emprego. Dessa característica decorrem muitas de suas características e conforma, principalmente, sua metodologia de atuação: a metodologia de incubação.

A metodologia de incubação tem como base ser construída em coletivos de educadores e tomar vida na prática cotidiana com os grupos incubados. As incubadoras podem ser consideradas como “práticas formativas que visam a sustentabilidade e a autonomia do empreendimento” (VARANDA & BOCAIUVA, 2007, p. 39) com pressupostos metodológicos baseados em Paulo Freire. Em outras palavras, as incubadoras fomentam uma relação educativa, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, entre universidade e grupos populares que almejam a geração de trabalho e renda e que tem, a longo prazo, o objetivo de superar as desigualdades e injustiças no país. A partir desse pressuposto, no entanto, decorre muito mais uma diversidade de metodologias do que uma unidade. Como afirma Cruz (2002) existe uma enorme diversidade metodológica entre as incubadoras e, portanto, essa questão não pode ser compreendida sem que se leve em conta seu contexto de criação e atuação.

Um dos primeiros esforços para sistematizar a metodologia das incubadoras foi feito no Projeto Incubadores (2001), por meio de um convênio firmado pela Rede Unitrabalho com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e com a participação da Rede de ITCPs. Em um texto produzido como resultado desse convênio, Kruppa & Sanchez (2002) refletem sobre as informações obtidas em 24 universidades. Os autores apontam, já naquela época, duas possibilidades de foco no processo de incubação: “nota-se nuances ou pesos diferenciados a dois objetivos, não excludentes entre si. Por um lado, a ênfase na organização democrática e solidária do mundo do trabalho e, por outro, a inserção no mercado formal de trabalho aliado à conquista de direitos

sociais” (KRUPPA & SANCHEZ, 2002, p. 7-8). Outra questão evidenciada pelos autores é a maneira como o conhecimento é tratado no processo de incubação, pois, embora essa questão não seja consenso, em diferentes relatos a aparece a “proposta de transferência de conhecimento e de tecnologia da Universidade para os grupos incubados” (p. 26). Debruçar-nos -emos sobre esse ponto nas próximas páginas.

AS ITCPS COMO INTEGRADORAS DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

Para Kruppa & Sanchez (2002), existiriam dois tipos de organização interna para a incubação: a) incubadoras organizadas em núcleos (pré-incubagem ou incubagem, por áreas do conhecimento) ou b) incubadoras organizadas por equipes multidisciplinares que acompanham todo o processo de incubagem. Esses dois tipos de estrutura estariam atrelados à maneira como a incubação se relaciona com o conhecimento, pois:

Enquanto a estruturação em núcleos parece proceder através de uma relação de “transferência de conhecimento”, e portanto de externalidade ao grupo incubado, a equipe que acompanha todo o processo provavelmente possui uma relação de corresponsabilidade com o grupo na incubação, uma vez que os laços de intimidade neste caso parecem ser mais fortes (KRUPPA & SANCHEZ, 2002, p. 34).

Essas duas questões – transferência de conhecimento e dicotomia entre formação política e viabilidade dos grupos incubados –, a nosso ver, seguem sendo centrais para as incubadoras. Esse debate sobre formação política versus viabilidade econômica é objeto de reflexão das incubadoras e dele decorre um tema central que é o papel da incubadora na busca da viabilidade dos empreendimentos incubados. Em alguma medida essa dicotomia parece ter sido superada e a incubação passa a ser centrada na viabilidade do grupo incubado. O que parece ter sucedido é que a ideia de viabilidade varia consideravelmente dependendo da incubadora. Algumas mostram ter aliado a formação política a esse tema e outras têm deixado o político de lado. Assim, a viabilidade pode ser entendida como sinônimo de viabilidade econômica ou como algo mais amplo, que inclui a geração de trabalho e renda, mas se alia à capacidade de articulação dos trabalhadores e trabalhadoras e ao enfrentamento de temas como autogestão, território, igualdade de gênero, acesso a direitos, etc.

Diante da tentativa de superar essa dicotomia, o tema da viabilidade do grupo incubado se aprofunda. Os dados sobre os grupos incubados parecem corroborar a necessidade de complexificar o papel das incubadoras na viabilidade dos mesmos e, com isso, adequar a metodologia de incubação a esse papel. Nessa perspectiva, já foram realizadas duas avaliações

encomendadas pelo comitê gestor do Proninc (em 2003 feita pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e, em 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH). Na última avaliação, merecem destaque as recomendações apresentadas na avaliação feita pelo IADH em relação à atuação das incubadoras. Todas seguem caminhos mais materiais do que de qualificação: foco na captação de recursos e acesso a crédito, comercialização e acesso a mercados, assistência técnica específica e tecnologias adequadas às realidades, formação e assessoria em gestão administrativa, financeira e contábil e articulação com outras entidades e empreendimentos. Essas recomendações partem do reconhecimento da fragilidade dos empreendimentos e de que a sua sustentabilidade não depende apenas da incubação, em especial se for levado em consideração que “o contexto da economia capitalista que se caracteriza por enormes desigualdades de direitos e oportunidades” (SE-NAES, 2011, p. 266).

O segundo tema levantado por Kruppa & Sanchez (2002), e que continua atual, é a questão da relação entre o processo de incubação e o conhecimento. A avaliação do IADH cita como pressupostos da metodologia das incubadoras a construção coletiva do conhecimento e as ideias de Paulo Freire, crítico radical da transferência ou extensão de conhecimentos. Ainda assim, temática da transferência de conhecimento segue sendo amplamente utilizada para fundamentar a metodologia de incubação. O próprio estatuto da Rede de ITCP, em seu artigo 1º, afirma que a rede “é constituída por um conjunto de incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimentos” (REDE DE ITCPs, 1999).

A lista de exemplos dessa visão é grande. Apesar de alguns autores darem por superada essa questão, em um texto recente e representativo das incubadoras, a ideia aparece novamente, no qual as incubadoras “partem da ideia de que a universidade é um centro produtor de conhecimentos que necessitam ser postos à disposição da sociedade em geral, especialmente para as pessoas que não dispõem de recursos ou de apoio” (DUBEUX et al, 2011, p. 23, tradução nossa).

Uma das explicações para a manutenção da ideia de transferência de conhecimento e tecnologia pode ser a herança das incubadoras de empresas, e essa perspectiva evidencia uma contradição flagrante entre a metodologia de incubação fundamentada na transferência de conhecimento e os princípios da Economia Solidária. Em oposição à ideia de transferência de conhecimento, há aqueles que acreditam que é preciso, no processo educativo envolvido na incubação, uma troca de saberes que resulte na produção de novos conhecimentos e novas tecnologias. Singer (2005) contribui com esse debate ao argumentar que as pessoas que foram formadas no capitalismo precisam ser reeducadas e que “essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuem em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distri-

buição” (SINGER, 2005, p.16). De forma similar, Cunha (2002) também explicita a discordância com essa ideia:

Os conhecimentos que o programa pode levar aos cidadãos que em geral não dispõem de acesso ou recursos não podem se destinar à reprodução de padrões técnicos ou relações políticas segundo modelos dominantes. A incubação de cooperativas exige uma difícil tarefa de reapropriação do conhecimento, e por isso a experiência dos grupos e cooperativas é vital – mas quase sempre a cultura que prevalece é a das relações fortemente dominadoras (...), e tudo isso vem relacionado a uma dimensão mais ampla, que é política (p. 153).

Nem sempre são evidentes os mecanismos que operam no sentido de produzir a exclusão de determinados grupos de processos de produção de bens, serviços, ou mesmo de conhecimento. Reconhecer sua existência, contudo, configura um primeiro passo fundamental no sentido de viabilizar uma reflexão crítica acerca do papel da universidade na construção de formas alternativas de produção, difusão e uso de conhecimentos que beneficiem também aos tradicionalmente excluídos. Um caminho absolutamente relevante, nesse sentido, é aquele desenhado pela extensão universitária.

No âmbito da extensão, a ideia de transferência de conhecimento não é novidade – e tampouco o é a crítica a essa noção. Ainda assim, tanto na extensão de maneira geral, quanto nas incubadoras, acreditamos que ela permanece. Nesse sentido, as ITCPs parecem atuar a partir de uma contradição: se por um lado apontam como missão possibilitar o acesso dos grupos populares ao conhecimento gerado na universidade, por outro afirmam que esse processo não pode ser uma imposição e que é preciso respeitar o saber popular e promover a troca de saberes. A pergunta que fica é: se a questão é o acesso ao conhecimento, isto é, a divulgação de conhecimentos acumulados na academia, como isso pode não ser uma imposição? Se partirmos do pressuposto que o conhecimento produzido pela academia é sempre legítimo e relevante, de que maneira ele pode ser questionado e modificado no processo de incubação e de relação com os grupos populares? Para que serviria o conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras dentro dessa perspectiva? A partir da ideia de transferir conhecimento, o cerne da incubação seria fornecer algo que falta aos trabalhadores (consciência, conhecimento, autonomia).

Por isso, mais do que afirmar que o processo de incubação é dialógico e respeita o saber popular, é preciso enfrentar as dificuldades de um processo dialógico abertamente. Cuidado para não ser impositivo e motivação para autonomia dos trabalhadores não é suficiente. É preciso trocar experiências sobre a dificuldade em ser dialógico, é preciso entender como a hierarquia, as desigualdades de gênero, etc., permeiam o processo de educação popular.

Especialmente, é preciso buscar compreender de que maneira o conhecimento produzido na universidade colabora para uma relação desigual entre universitários e trabalhadores. Thiollent (2005) é um dos autores que nos lembram disso, ao afirmar que trabalhar com grupos po-

pulares “trata-se de evitar uma série de armadilhas relativas aos riscos de imposição da visão tecnicista dos especialistas aos membros das comunidades” (THIOLENT, 2005, p. 172) e que “o técnico de mentalidade ‘quadrada’ querendo impor sua visão, a priori racional, tecnicista e supostamente superior à dos demais atores será de pouca valia” (-THIOLENT, 2005, p. 180) nessa tarefa. E completa dizendo que “uma ideia fundamental, embora já seja antiga, precisa ser reafirmada: a extensão não é transferência ou simples ‘transplante’ de conhecimento; ela é, antes de tudo, criação e compartilhamento” (THIOLENT, 2005, p. 185). Paulo Freire é um dos principais críticos da ideia de transferência de conhecimento, ou invasão cultural, no âmbito da extensão. Por isso, merece destaque a flagrante contradição percebida no fato das incubadoras apontarem como fundamento as ideias do renomado educador no trabalho que realizam com grupos populares e, posteriormente, caracterizar a relação entre universidade e trabalhadores como uma forma de viabilizar a transferência de conhecimentos.

A EXPERIÊNCIA DA ITCP/UNICAMP-LIMEIRA

A despeito das potencialidades acima descritas, experiências de relação entre as universidades e as comunidades presentes em seu entorno são, surpreendentemente, ainda pouco usuais no Brasil, onde ainda prevalecem o assistencialismo e o paternalismo no âmbito da extensão universitária. Partindo dessa percepção, criamos, em um dos campi da Unicamp, na cidade de Limeira, a ITCP/Unicamp-Limeira, pautada em uma perspectiva dialógica na qual conhecimentos e propostas são construídas coletivamente e com a ativa participação de indivíduos e grupos que serão por elas beneficiados.

Para além da materialização de “produtos” - empreendimentos incubados e tecnologias sociais desenvolvidas - o foco dessas intervenções serão os processos, esses, sim, vetores capazes de gerar inclusão social e produtiva, empoderamento das comunidades, criação de laços de cooperação e solidariedade e o enfrentamento das diferentes formas de opressão e preconceito que nascem das diferenças relacionadas a gênero, raça, crença, orientação sexual, etc.

Nesse sentido, o objetivo principal da ITCP/Unicamp-Limeira é apoiar a constituição e o desenvolvimento de empreendimentos solidários orientados para a geração de trabalho e renda em consonância com os princípios da autogestão e do cooperativismo, por meio da interação e da troca de saberes entre a comunidade, a universidade e o poder público.

Embora ainda jovem - a ITCP foi constituída no início de 2013 - ela já mostrou grande potencial enquanto catalisadora de processos reflexivos e formativos. De fato, até o momento consideramos que, em ge-

ral, o projeto foi muito positivo. Temos construído uma identidade para a ITCP que esperamos preservar ao longo dos próximos anos. A equipe tem se qualificado para atuar no âmbito da Economia Solidária e temos gerado resultados significativos a partir das intervenções realizadas.

As decisões referentes ao projeto são pactuadas em reuniões, que usualmente ocorrem a cada duas semanas, e das quais participam os monitores e docentes ligados ao projeto. Buscamos observar a pluralidade de visões e temos procurado fugir da típica hierarquia professor-aluno, criando um ambiente de respeito e camaradagem, que tem contribuído para a boa execução do projeto.

Uma das principais inquietações que motivaram as reflexões a respeito da metodologia de incubação remete à percepção de que há um risco inerente às atividades de extensão comunitária desenvolvidas a partir da universidade: não raro, adota-se uma postura paternalista e voluntarista, de modo que a solução adotada para enfrentar um determinado problema parte em grande medida da própria universidade, ignorando os saberes, interesses e expectativas dos trabalhadores, empreendimentos ou comunidades. A partir dessa constatação, procuramos dar particular importância à identificação de problemas, para atuar de forma mais efetiva junto a eles. O aprendizado possibilitado até aqui pelo projeto tem nos mostrado que é possível utilizar para tanto metodologias democráticas de planejamento, como a Metodologia de Diagnóstico de Situações e o Planejamento Estratégico Situacional, que ainda podem ser adequados e traduzidos para se tornarem mais aderentes às intervenções no âmbito da Economia Solidária.

A partir da identificação de problemas, temos nos apoiado nos fundamentos da metodologia de incubação da ITCP Unicamp, campus de Campinas, cuja trajetória tem muito a ensinar. Buscamos construir as soluções de forma dialógica, em conjunto com os trabalhadores, procurando sempre aprender com essa experiência. Organizamos a atuação da equipe de modo que a intervenção venha acompanhada de aprendizado e reflexão. Assim, as ações têm sido desenvolvidas no “tempo escola” (marcado pela pesquisa, pela leitura, pelas discussões e reflexões) e no “tempo comunidade” (no qual se realizam as visitas aos empreendimentos e são implementadas as ações orientadas ao enfrentamento dos problemas identificados, com envolvimento dos trabalhadores). Esse equilíbrio entre ação e reflexão é, a nosso ver, fundamental para o fortalecimento das práticas desenvolvidas pela Incubadora. Assim, cria-se uma indissociabilidade de fato entre extensão, pesquisa e ensino, ancorada na primeira.

Por se tratar de uma incubadora nascente, constituída por uma equipe jovem e com pouco envolvimento prévio com a Economia Solidária, a metodologia de incubação teve que ser toda pensada e pactuada partindo de uma base muito incipiente. Estamos, portanto, em pleno processo de amadurecimento dessa metodologia. Entendemos, contudo, que esse processo tem sido muito rico – e certamente irá contribuir para uma efetivi-

dade cada vez maior das ações desenvolvidas pela Incubadora ao longo dos próximos anos. Assim, encaramos a metodologia de incubação não apenas como um simples produto deste projeto, mas como um processo que gera aprendizados e mudanças nas práticas.

O principal resultado obtido até aqui é a qualificação dos monitores. Embora seja difícil mensurar esse resultado, observa-se que as pesquisas, discussões e atuação direta junto aos empreendimentos/coletivos têm contribuído em grande medida para uma mudança em termos de postura e de sensibilidade social. Também julgamos que temos alcançado resultados importantes ao lado dos empreendimentos/coletivos incubados, compatíveis com o tempo de execução do projeto.

O projeto soma-se ao conjunto de iniciativas em curso no Brasil, relacionadas à Economia Solidária, por um lado, e à extensão universitária, por outro. Sua realização permitiu um aprofundamento das reflexões teórico-conceituais e metodológicas acerca desses dois grandes temas e possibilitou, sobretudo, a identificação de experiências relevantes em Economia Solidária no município de Limeira. O envolvimento prático com tais experiências adicionou novos insumos, derivados da investigação de base empírica, às ideias anteriormente trabalhadas por docentes e estudantes envolvidos com o projeto.

Em uma perspectiva mais ampla, destacamos a importância do projeto enquanto iniciativa que articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, estimulou reflexões a respeito da importância de arranjos como este – que estimulam a produção de conhecimento teórico e aplicado a partir de problemáticas reais no entorno de uma universidade pública – para o avanço de práticas pedagógicas e de pesquisa no contexto universitário.

Diretamente, o projeto gerou contribuições importantes, sobretudo em termos de inovações de processos e em políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se o aprendizado acumulado ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto, que permitiu avançar na concepção de metodologias de incubação. Em particular, a percepção de que as intervenções junto a comunidades e coletivos de trabalhadores exigem ferramentas de diagnóstico de problemas mais adequadas. Estamos, no momento, buscando desenvolver ferramentas desse tipo que contemplem os princípios da Economia Solidária, como a democratização das decisões e a ampliação da participação dos atores envolvidos.

Nesse sentido, destacamos também inovações relacionadas às políticas públicas. Na estreita relação desenvolvida entre a ITCP/Unicamp-Limeira e a Prefeitura de Limeira, novas possibilidades para as parcerias universidade-poder público têm se evidenciado. Por meio das atividades relacionadas ao projeto, a Incubadora tem mostrado que novas concepções de intervenção junto a comunidades e coletivos de trabalhadores são possíveis e desejáveis – e que, para potencializá-las, é preciso construir,

junto aos atores relevantes, novas formas de planejamento, intervenção, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a Economia Solidária.

Junto aos empreendimentos, também foi possível estimular novos arranjos e fortalecer vínculos sociais, contribuindo, assim, para o incremento do potencial produtivo da Economia Solidária em Limeira. Atuamos junto a mulheres agricultoras do Assentamento Elizabeth Teixeira, a mulheres do bairro Geada (e, posteriormente, de outras regiões da cidade) que ambicionavam produzir pães e doces, a trabalhadores da COOPERLII (cooperativa de catadores de materiais recicláveis) e a moradores da Vila Dignidade, também em Limeira. Em todos esses casos, a equipe trabalhou para aprimorar processos de gestão que poderão contribuir para o desenvolvimento desses empreendimentos e coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da experiência da ITCP/Unicamp-Limeira, notamos que a combinação entre as reflexões teórico-metodológicas e a prática oriunda da vivência e da atuação junto aos empreendimentos solidários e coletivos de trabalhadores gerou um rico processo de aprendizado. Foi de grande importância também a construção de acordos entre a equipe da Incubadora, pautados em um ambiente democrático, que mostraram aos estudantes a possibilidade de se trabalhar em estruturas de hierarquia horizontal, às quais muitos não estavam habituados.

Destacamos a importância do contato com a Economia Solidária, que permitiu a complementação do aprendizado dos estudantes, oriundos de cursos como Gestão de Empresas, Gestão de Políticas Públicas e Nutrição – nos quais conteúdos relacionados ao tema são escassamente tratados.

Devido a sua própria natureza, o projeto permitiu o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade (representada por docentes e estudantes) e a comunidade (na figura dos empreendimentos solidários e coletivos de trabalhadores). Por um lado, ideias geradas a partir das reflexões da equipe da ITCP contribuíram para o avanço da gestão de empreendimentos da Economia Solidária. Por outro, o envolvimento com eles também agregou novos conhecimentos à equipe, conforme anteriormente destacado. Por fim, reconhecemos que o projeto desencadeou, como já destacado, um rico processo de aprendizado a toda a equipe nele envolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRI. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. Redução da pobreza e dinâmicas locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (Org.). Acompanhamento e avaliação do programa nacional de incubadoras populares – Proninc: relatório dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

COIMBRA, Ana Livia de Souza; SOUZA, Marcela Braga de. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: revista trimestral de debate da Fase, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 112, p.4-15, 2007.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de. Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

CRUZ, Antônio. Para construir uma pauta que nos ajude a pensar uma metodologia da incubação: Contribuição à metodologia do encontro nacional de pesquisa Incubadoras 2002 – Projeto Unitrabalho/ICCO, 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/251>>. Acesso em: 10 Mai 2012.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002

DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 112, p. 4-15, 2007.

DUBEUX, Ana, et al. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: Forum Internacional de l'Economie Sociale et Solidaire, 2011, Montreal. Documents FIESS/Recherche Partenariale, 2011. p. 1-40.

GUIMARÃES, Gonçalo; SALOMÃO, Inessa. Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: Características e instrumentos. Brasília/DF: ANPROTEC; SEBRAE, 2006.

ITCP/UNICAMP. Empírica: caderno de metodologia. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2009.

KRUPPA, Sonia M. Portela e SANCHEZ, Fabio José Becjara. Metodologia de Incubagem: uma tentativa de problematização. Relatório de Pesquisa (versão preliminar), São Paulo, 2002.

SENAES. Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários (PRONINC): relatório final. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego; IADH, 2011.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sônia (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005.

THIOLLENT, Michel. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In:

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 172-189.

VARANDA, Ana Paula de Moura. Contribuições ao processo de institucionalização do Proninc. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 111, p.27-33, 2007.